

Introdução

Desde que comecei a estudar economia, tenho me envolvido cada vez mais com a área de política fiscal. Recentemente, li um livro fascinante chamado "A Valsa Brasileira", escrito por Laura de Carvalho, que explora de forma detalhada a política e economia brasileira atual. O livro despertou meu interesse devido às suas análises profundas e às várias recomendações que recebi sobre ele. A trama se desenrola em um cenário onde a política coexistem habilmente com eventos históricos, proporcionando uma perspectiva rica e reflexiva sobre a complexidade do sistema político do país. A narrativa do texto toma proporções ao envolver o leitor em um universo onde as alianças políticas são tecidas com intricada, e os principais atores enfrentam dilemas éticos e morais.

A capacidade da escritora em entrelaçar com elementos reais, acrescenta autenticidade à análise, proporcionando uma visão profunda da política e economia brasileira. A meticulosa ambientação histórica acrescenta complexidade à narrativa, possibilitando uma compreensão mais ampla dos acontecimentos que influenciaram o cenário político brasileiro.

Laura apresenta uma abordagem instigante em sua obra, ao expor teorias divergentes tanto da ortodoxia quanto da heterodoxia, promove um debate justo que leva o leitor a refletir, em vez de impor uma doutrinação. Laura também questiona a ideia de que a Economia é uma ciência exata, mostrando falhas em decisões macroeconômicas. Por exemplo, ela cita o caso em que, ao reduzir a taxa de juros para estimular investimentos, a falta de expectativas de crescimento econômico fez com que os investidores não aproveitassem a oportunidade, demonstrando que fatores macroeconômicos podem influenciar, mas é a expectativa empresarial acerca da demanda futura que, em última instância determina as decisões de investimento (no caso, privado).

Do resumo

¹Resumo escrito em janeiro de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: Charles.lucio@estudante.ufcg.edu.br.

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

O **primeiro capítulo** do livro aborda o período conhecido como "Milagrinho brasileiro", caracterizado por um crescimento econômico acelerado e redução das desigualdades sociais no Brasil. Esse crescimento foi impulsionado pela demanda chinesa por commodities e pelas políticas redistributivas implementadas durante o mandato do presidente Lula. No entanto, para além da melhora nas contas externas, em razão da bolha de commodities, outros fatores foram determinantes à retomada do crescimento econômico, com melhora social, como por exemplo: o programa Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo, a expansão do crédito e a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura. Todos os fatores antes citados promoveram forte estímulo sobre a demanda agregada, e estimularam o investimento privado.

Durante esse período, houve uma significativa redução das desigualdades sociais, com destaque para iniciativas como o Programa Bolsa Família e a valorização do salário mínimo. O acesso ao crédito aumentou expressivamente, impulsionando o consumo e fortalecendo o mercado interno. No entanto, o endividamento das famílias tornou-se uma preocupação posteriormente. Os investimentos públicos desempenharam um papel fundamental nesse cenário, especialmente com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ano de 2007, que focava em infraestrutura física e social. Esses investimentos têm um forte efeito multiplicador na economia, induzindo investimentos privados e estimulando o consumo das famílias. Apesar do sucesso inicial, o modelo de crescimento do "Milagrinho" enfrentou desafios, como o desequilíbrio externo devido à fragilidade da indústria brasileira, a inflação de serviços e o fato de que no processo de distribuição de renda, o topo não distribuiu absolutamente nada. Medidas para aumentar a produtividade do trabalho, investir em tecnologia e melhorar os serviços públicos foram apontadas por Carvalho como soluções para garantir um crescimento sustentável e inclusivo no longo prazo.

O **segundo capítulo** trata sobre a agenda Fiesp, lançada assim que a presidente Dilma se elegeu para assumir a presidência em 2011, e propunha um novo modelo econômico para o Brasil, com foco no desenvolvimento industrial e nas exportações, em contraposição ao modelo de crescimento impulsionado pelo mercado interno. Isso envolveria a redução das taxas de juros e a desvalorização do real para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. No entanto, essa estratégia não gerou os resultados esperados. A desvalorização do real não foi suficiente para impulsionar as exportações e o crescimento industrial, e a inflação aumentou, levando a uma reversão na política monetária. A tentativa de controlar a inflação por meio de ajustes fiscais e redução dos investimentos públicos não foi eficaz, resultando em uma desaceleração econômica sem sucesso na contenção da inflação. Em última análise, a Agenda Fiesp não conseguiu alcançar seus objetivos e acabou contribuindo para a crise econômica posterior iniciada em 2015.

O **terceiro capítulo**, o qual trata da reeleição da presidente Dilma Rousseff, interrompido por

um controverso impeachment, aborda sobre as mudanças que aconteceram entre as transições do governo em especial a nomeação de Joaquim Levy como ministro da fazenda após a reeleição de Dilma Rousseff, o qual marcou uma mudança de rumo para a política fiscal. Levy propôs um ajuste fiscal rápido, visando a transformar um déficit em superávit primário nos anos seguintes. no entanto, as medidas anunciadas, como cortes nos gastos do PAC e aumento de impostos, não foram suficientes para atingir as metas estabelecidas. a resistência do congresso em aprovar aumentos de impostos e a deterioração da economia contribuíram para o fracasso do plano fiscal. a crise política, os efeitos da Operação Lava Jato e a queda nos preços das commodities também agravaram a situação econômica.

Com o anúncio de redução das metas de superávit primário em 2015, o governo admitiu a inviabilidade de suas projeções iniciais. O aumento do desemprego, a queda nos investimentos privados e a retração do consumo foram alguns dos reflexos negativos da crise econômica. O governo tentou ajustar suas políticas, mas enfrentou resistência tanto da oposição quanto de setores da base aliada. A nomeação de Nelson Barbosa como novo ministro da Fazenda indicou uma possível mudança para uma abordagem mais gradualista no ajuste fiscal.

No entanto, as medidas propostas pelo governo para reequilibrar as contas públicas, como limitar o crescimento dos gastos e reformar a previdência não foram bem recebidas. o impacto negativo do ajuste fiscal sobre a atividade econômica (numa economia que já dava sinais claros de estagnação) e a falta de consenso sobre as políticas econômicas aprofundaram a crise. a tentativa de Dilma de recuperar apoio popular através de medidas como o reajuste no Bolsa Família não foi suficiente para conter a crise política que culminou em seu afastamento pelo Senado. Em suma, a falta de uma estratégia econômica consistente e o domínio da política sobre a economia contribuíram para agravar a crise no Brasil.

Segundo Carvalho, houve uma politização da política fiscal, blindada contra a própria democracia e, sob o argumento de que o governo havia cometido crime fiscal (ao abrir créditos suplementares que comprometeriam a meta fiscal primária para o ano de 2015), aplicaram um impeachment na presidente. após a sua queda, seu vice, Michel Temer, juntamente com o congresso, iniciou a implementação da agenda de reformas compiladas de ponte para o futuro. as reformas da ponte para o futuro tinham por objetivo trazer um retorno do projeto neoliberal de modo mais radical, ceifando direitos e garantias sociais do povo brasileiro.

Nesse capítulo também é abordado sobre a PEC do teto de gastos, aprovada em dezembro de 2016, prevista nas reformas da ponte pro futuro, visava conter o aumento das despesas primárias do governo, estabelecendo um limite de gastos atrelado à inflação do ano anterior. apesar de apresentada como uma medida para conter o déficit fiscal, na prática, restringiu os investimentos em áreas como

saúde e educação, que já eram subfinanciadas e congelou o gasto público, desconsiderando o crescimento populacional e a brutal desigualdade que marca a estrutura social brasileira. a proposta desvinculava recursos tributários das áreas de educação e saúde, abandonando princípios constitucionais que garantiam um investimento mínimo nelas. a implementação da pec não abordou questões como reforma tributária, substituindo os impostos indiretos pelos impostos diretos, na base de tributação; combate à sonegação, nem as desonerações fiscais, focando apenas no controle de gastos. essa abordagem foi criticada por não atacar as raízes do problema fiscal do país, frente a ampla injustiça tributária que configura o brasil. desse modo, com sua aprovação, a pec deixaria desafios para os governos futuros, especialmente em relação à reforma da previdência.

Há reflexões nesse capítulo sobre o dilema que se foi criado ao ser implementado a pec por meio da qual os serviços públicos seriam prejudicados, face à redução nos gastos públicos, ou a própria pec teria que ser abandonada. assim como dito pela autora naomi klein, há menções nesse capítulo que explicam sobre a estratégia neoliberal de aproveitar crises para impor políticas impopulares. essas políticas visam reduzir o papel do estado na economia e enfraquecer a proteção social, muitas vezes sob o disfarce da técnica econômica e da liberdade de escolha. neoliberalismo, nesse contexto, não é apenas uma teoria econômica, mas um instrumento para desativar o jogo democrático.

Margaret Thatcher e Friedrich Hayek defendiam a diminuição do Estado em favor do neoliberalismo, mesmo que isso implicasse em sacrificar a democracia. A crise econômica brasileira foi aproveitada para bloquear agendas democráticas e promover uma ideologia de redução do Estado, em um movimento liderado por diversos setores e partidos, incluindo o PMDB e o PSDB. o governo temer, apesar de enfrentar pressões por reformas estruturais, tentava convencer seus apoiadores de seu compromisso com o ajuste e as reformas. nos bastidores, o debate econômico girava em torno da disputa pelo dinheiro público e de quem deveria se beneficiar dele. oligarquias econômicas lutavam por uma apropriação contínua dos recursos, enquanto a sociedade pressionava por mais serviços públicos e proteção social.

No quarto capítulo há questões sobre os economistas e as suas previsões, repetidamente errôneas, em especial no contexto da austeridade fiscal. esses erros são atribuídos a modelos econômicos com pressupostos equivocados, que ignoram o impacto contracionista das medidas de ajuste fiscal na demanda. Um debate entre Paul Krugman e Olivier Blanchard, do FMI, destacou a mudança na visão do Fundo sobre a austeridade fiscal, reconhecendo seus efeitos negativos. Um estudo de 2011 do FMI concluiu que as contrações fiscais são contracionistas, contradizendo pesquisas anteriores.

O capítulo também fala sobre Keynes, onde o mesmo alertou que no mundo financeiro, é

mais seguro seguir a opinião convencional do que arriscar com uma abordagem diferente. Ele ilustrou isso com o "concurso de beleza", onde os participantes tentavam adivinhar as escolhas dos outros, E não necessariamente o que achavam bonito. Isso cria um ciclo onde todos tentam prever as opiniões dos outros, influenciando a realidade. George Soros ampliou essa ideia, dizendo que a forma como entendemos o mundo o modifica. No entanto, as recompensas por seguir o consenso incentivam a manutenção de modelos econômicos falhos. Por exemplo, as agências de classificação de risco, no período anterior à crise internacional de 2008, ao seguir a opinião dominante, contribuíram para a crise do "subprime" ao classificar ativos arriscados como seguros. Isso mostra como o mercado pode reforçar visões equivocadas da economia

Além disso, o artigo "Neoliberalism: Oversold?" de 2016 do FMI questionou o impacto das políticas neoliberais, sugerindo que elas aumentaram a desigualdade, prejudicando o crescimento econômico. No Brasil, estratégias de consolidação fiscal têm sido questionadas devido aos seus efeitos adversos, como o aumento do desemprego e da desigualdade. O debate sobre a austeridade fiscal também envolve questões políticas, com os republicanos nos EUA defendendo cortes de impostos para os mais ricos, sob o pretexto de estimular o crescimento.

Além disso, a discussão sobre o papel do Estado no bem-estar social é fundamental. Há demanda por serviços públicos universais e gratuitos, mas políticas de austeridade fiscal podem comprometer esses serviços. Aonde voltamos no contexto do Brasil, a PEC do teto de gastos surge como um erro por reduzir os gastos públicos em áreas essenciais, enquanto os encarceramentos em massa refletem falhas sociais e econômicas.

Há meios que Carvalho recomenda como retomada para uma agenda econômica PARA TOSOS, que é viável e tornará possível retomar o crescimento econômico, gerando empregos e que melhore as condições de vida da população. Ainda assim um fato importante é que essas pretensões devem estar de acordo com os sentidos democráticos. Carvalho argumenta que a construção do Brasil não pode simplesmente passar por cima dos direitos dos trabalhadores e das minorias. Deve-se, portanto, buscar universalizar e dispor dos serviços gratuitos para a sua população.

De acordo com uma nota divulgada pelo FMI (2017) há evidências de que os países com maiores índices de desigualdade tendem a ter taxas de crescimento mais baixas e menos duradouras. Nesse sentido faz se necessário o papel crucial da política fiscal para o crescimento inclusivo, seja através da tributação progressiva, seja por meio da provisão de serviços públicos e benefícios diretos para os mais vulneráveis. Carvalho destaca que na retomada de um plano emergencial, somente considerando a retomada do crescimento a economia poderia voltar ao equilíbrio fiscal e deste modo aliviar os conflitos sobre o orçamento. É essencial que o Estado tome iniciativa e direcione o sentido dos investimentos, de modo que haja iniciativa. Há condições que poderiam ajudar o plano

estrutural, como por exemplo, uma reforma tributária que amplie a progressividade da tributação (reduzindo os impostos indiretos sobre a produção e consumo e a produção, ao mesmo tempo em que eleve os impostos diretos sobre a renda e o patrimônio).

Sobre o regime de metas de inflação, Carvalho aponta que o BC deve evitar altas desproporcionais dos juros. Há também reflexões quanto a nossa estrutura produtiva, de modo que devemos atender as necessidades da estrutura produtiva interna que desejamos, não apenas atender expectativas do mercado. E, por fim, quanto às políticas de inclusão social devem ser aprofundadas, de modo a melhora nas condições de vida possa se dar por meio de melhores serviços públicos, e não somente pela expansão da renda. Enfim, para Carvalho: “Numa agenda para todos, todos têm de ser ouvidos”.

Referência do livro:

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.